

ALGUNS PROBLEMAS DA INFLUENCIA TUPI NA FONÉTICA E MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Affonso Robl

Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A natureza de sistema fechado dos fonemas e morfemas de determinada língua levou alguns lingüistas a negar a possibilidade de empréstimos fônicos e mórficos. Mas essa posição é insustentável diante de uma análise mais acurada dos crioulos, onde inegavelmente a língua-base se acha penetrada de elementos nativos.

A causa dos empréstimos é, na essência, de ordem sócio-cultural: a ação dos aloglotas consiste na precipitação da deriva, no aceleração brusco das tendências pré-existentes.

Da interação lingüística entre portugueses e tupis formou-se, primeiramente, a "língua geral" (que não se confunde com o tupi jesuítico), em que a língua portuguesa atuou como superstrato. Com o declínio do "brasillano", forjaram-se crioulos ou semicrioulos.

A ação aloglótica dos índios tupis e dos negros bantosudaneses provocou no português popular do Brasil um tratamento peculiar das consoantes "líquidas" e dos encontros consonânticos; bem como simplificação extremas das flexões nominais e verbais.

Embora os empréstimos de morfemas, sobretudo categóricos, sejam muito raros, o português deve ao tupi os sufixos *-rana* (brancara), *-guara* (parnanguara) e *-oara* (marajoara).

E em conclusão, o contacto entre portugueses e tupis e africanos não implicou na introdução de elementos gramaticais tupínicos no português do Brasil, tirante uns três morfemas sufixiais. Na realidade, o que houve foram adaptações fonéticas e reduções morfológicas, vale dizer, verificou-se apenas uma ação aloglótica, que acetuou o caráter conservador e, principalmente, acelerou a deriva inovadora: duas tendências do português do Brasil.

No lineare deste desprezencioso estudo, necessária se faz, para uma perfeita colocação do "status quaestionis", a explicação de alguns termos do título acima.

Problemas: Embora as línguas indígenas devam ter deixado marcas em nossa fonética e morfologia (a questão dos empréstimos lexicais é mais fácil), o estágio atual dos trabalhos de tal especialidade — às mais das vezes fragmentários, quando não precipitados, ou até fantasiosos — não permite, infelizmente, apresentar conclusões de todo seguras.

Influência tupi equivale aqui à interferência lingüística dos tupinófonos, quer se trate do tupi dos jesuítas ou "brasílico", quer da "língua geral" ou "brasiliano". Portanto, excluem-se o nheengatu, língua de intercurso na Amazônia.

O português popular do Brasil compreende não só o aspecto diestrático, isto é, a língua das pessoas cidadinas culturalmente carentes, mas também, e sobretudo, o aspecto tópico, vale dizer, os traços lingüísticos que caracterizam os nossos falares rurais.

I — A INTERAÇÃO LINGÜÍSTICA

Muito antiga, pois entre os latinos já deparamos com a teoria das línguas "puras" e "misturadas", a questão da interpenetração das línguas é um dos problemas mais discutidos e melindrosos da Lingüística.

Se ninguém nega que o contacto das línguas — que traz, fatalmente, sua interpenetração — seja uma necessidade histórica, deve-se admitir também, consoante a categórica assertiva de Schuchardt, que "não existe língua inteiramente sem mistura".¹

Para explicar a evolução fonética, tem-se recorrido frequentemente à influência de um substrato: pressionada por contingências históricas ou sociais a mudar de língua, determinada população, ao pronunciar os sons da língua importada, conserva os seus velhos hábitos articulatórios.

Por mais sedutora que seja a teoria do substrato, ela necessita de um reexame urgente e sério, à luz do estágio atual das ciências lingüísticas.²

"Não há dúvida — assevera Bertil Malmberg — de que o substrato pode explicar, num grande número de casos, as mudanças sofridas por uma língua em certa época ou em certa região. Algumas vezes, porém, tem-se ido longe demais neste gênero de explicação".³

1 Citado por SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo, Nacional, 1956. p.47.

2 Por exemplo, Amado Alonso e Max Wagner derrubaram a tese de Rodolfo Lens, para quem as peculiaridades fonéticas do espanhol chileno são devidas ao substrato araucano.

3 *A fonética*. Lisboa, Livros do Brasil, 1954. p.181.

Em primeiro lugar, urge ressaltar que a influência substrática não é fenômeno biológico, nem questão de raça. Já não é admissível basear-se a ação do substrato fonético numa diferença, mínima aliás, de conformação anatômica entre os usuários e os adquiridores de determinada língua, como pretendia J. van Ginneken. Parece que também Brøndal admite certo atavismo ao encarar a manutenção de hábitos articulatórios da língua abandonada como uma constante acima do tempo e do espaço, à maneira de um canal "assentado em velhas disposições". Porém, mesmo depois das experiências de Pavlov, aqui a hereditariedade nada explica; ao contrário, apenas complica o problema.⁴ Importa não confundir os caracteres étnicos, que somente se podem adquirir com o sangue, e as instituições — língua, religião, cultura —, que são bens eminentemente transmissíveis e que se emprestam e se trocam. Trata-se, pois, de fenômeno histórico cultural. Sublinhe-se que, embora seja fenômeno de aculturação, a interferência fônica só pode ser afetada indiretamente pelas mudanças culturais, visto que a fonação é destituída de conteúdo significativo. Acontece tão-somente que o sistema fonológico da língua vencedora é interpretado pelo filtro fonético da língua vencida, a qual atua não como uma camada estabilizadora sobre quem descansa a camada superior, mas como algo já constitutivo da língua nova e que evolui com ela. Isso metaforicamente dito, pois, conforme observa William Machey, o bilingüismo não é fenômeno de língua e sim, característica do seu uso: duas ações do mesmo indivíduo. Condição "sine qua non" da interação de sistemas lingüísticos. "o bilingüismo representa um padrão comportamental de mútua modificação das práticas lingüísticas, variáveis em grau, alternância e interderência".⁵

A natureza de sistema fechado dos fonemas e morfemas de determinada língua levou alguns lingüistas, como Meillet e Sapir, a negar, de modo categórico, a possibilidade de empréstimos fônicos e mórficos (na sintaxe verificam-se os decalques). Mas essa posição, rígida em demasia, é insustentável diante de uma análise mais acurada dos crioulos, onde inegavelmente a língua-base se acha penetrada de elementos gramaticais do idioma nativo.

Outros lingüistas ainda, por exemplo Bloomfield e Jakobson, preferem postergar o termo *substrato*, porque ambíguo e com ranços de hereditariedade biológica, para substituí-lo por *empréstimo*: adoção de traços lingüísticos estranhos ao sistema tradicional.

4 Cf. CÂMARA JR., J.M. Princípios de lingüística geral. 4.ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1969. p.208-9.

5 DESCHAMPS, D. Aspectos do bilingüismo em Santa Catarina. O Estado, Florianópolis, 25 Jul.1974.

Na verdade, o bilingüismo, mais ou menos prolongado, leva a uma interferência, que, na definição de Uriel Weinreich, são as instâncias de desvio das normas de cada língua que ocorrem na fala dos bilíngües, como resultado do contacto lingüístico.⁶ No campo fônico, verifica-se essa influência não propriamente nos fonemas, porém nos traços articulatórios gerais; no nível mórfico, ela reflete-se sobre as categorias gramaticais, que passam a ser expressas por formas próprias da língua interferente. Ou, como quer Entwistle, “oferece certa influência na escolha de alternativas”.⁷

Ademais, parece que tudo está a indicar, em que pese à grande variedade idiomática, que os mecanismos da linguagem sejam universais, vale dizer, são os mesmos em todos os seres humanos. O fato de pidgins largamente separados, como o *kituba* (usado no Congo) e o *russo-norsk* (de pescadores russos e noruegueses), mostrarem um desenvolvimento bastante similar — v.g., o reestruturamento da categorização temporal dos verbos para a aspectual — evidencia essa realidade psicológica e mostra também que toda a hipótese de substrato tem reduzido conteúdo empírico.⁸ Entretanto, Celso Cunha afirma: “Embora muitos e difíceis problemas ofereçam os crioulos quanto à sua gênese e às suas estruturas, parece-nos que as minuciosas análises, aparecidas ultimamente, dos crioulos em plena vitalidade, vêm antes fortalecer a convicção daqueles que incluem os crioulos entre os falares das línguas européias que lhes serviram de base.” “Não há negar, no caso dos crioulos, a influência dos substratos e das condições socioculturais em que se desenvolveram estes falares. Dos primeiros, no reforçar-lhes as tendências internas, latentes nas respectivas línguas européias; das segundas, no acelerar tal ação.”⁹

Trata-se, pois, dos aloglotas, isto é, indivíduos que, subitamente, por contingências sociopolíticas, acham-se diante de uma língua estranha que devem aprender de oitiva. Meio de comunicação e expressão, a língua, instrumento vivo, move-se pelo tempo afora, num curso que lhe é próprio. É a teoria do “estado latente”, de Menéndez Pidal, ou da “deriva” (inglês *drift*), de Sapir, ou da “predisposição coletiva”, de Mattoso Câmara: direção determinada, com uma série de possibilidades, que norteia a evolução da língua; a velocidade mutacional depende de condições histórico-sociais. Ora, em geral, a ação dos aloglotas consiste precisamente na precipitação da deriva, no aceleração brusco e extremo das tendências pré-existentes, realizando de chofre o que em situações

6 Languages in contact: findings and problems. 4.ed. The Hague. Mouton. 1966. p.1.

7 Citado por CÂMARA JR., Princípios... p.211.

8 Cf. NARO, A.J. Estudos diacrônicos. Petrópolis. Vozes. 1973. p.97-110.

9 Língua, nação, alienação. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1981. p.40 e 59.

normais levaria séculos, talvez, para completar-se. Fenômeno que Weinreich apelidou, de maneira assaz pitoresca, *trigger effect* — “feito de gatilho”.¹⁰

No entanto, convém ressaltar com Naro que, “na verdade, a admissão de qualquer elemento — lexical ou gramatical — de outras línguas que não a base é, usualmente, muito limitada pelo status econômico e sociopolítico mais alto dos falantes dessa língua”.¹¹ Só há possibilidade de integração entre o modelo e a réplica quando o grupo humano que emprega a segunda tem prestígio suficiente para impô-la e difundi-la. O problema da interferência de línguas é, pois, de ordem social.

II — A INTERAÇÃO LINGÜÍSTICA LUSO-TUPI

A colonização do Brasil, a partir de 1532, colocou frente a frente duas culturas diversas: a lusitana e a brasilíndia. É lógico que daí decorressem fenômenos de aculturação, inerentes ao contacto direto e constante de culturas diferentes, que fatalmente provocaram mudanças nos padrões originais de ambos os grupos.

“Os índios — diz Serafim da Silva Neto — levavam, de início, duas vantagens substanciais: eram superiores em número e seu modo de vida estava ajustado ao *habitat*. Por esses motivos puderam passar aos conquistadores — mais bem dotados pela situação social e pela civilização — muitos traços de sua cultura”.¹² Acrescente-se a isso a ação transcultural do mameluco, fruto da miscigenação de reinóis com mulheres índias. Assim, entre outras, podem-se apontar as seguintes heranças que os tupis — tribos que, sem dúvida, tornaram mais íntimas as relações luso-índigenas — legaram aos descobridores, e que ainda são encontradas em nossos rincões sertanejos: construção de palhoças; uso de rede e do jirau; cestaria; vasilhames de barro, madeira e porongo; gênero de alimentação (complexo da mandioca e do milho); processos de caça e pesca; ervas e mezinhas; lendas e mitos; folguedos e danças; outras usanças (ficar de cócoras, andar em fila de ganso, o pé descalço, o banho de rio).

É natural que o entrecchoque dessas duas culturas tenha provocado o aparecimento de falares de emergência: “a língua geral” ou “brasiliano” e um crioulo ou semicrioulo.

Antes de mais nada, releva frisar que seria erro palmar confundir, como muitas vezes se faz, o tupi original dos jesuítas ou “brasílico” com a “língua geral” do Brasil costeiro. Mattoso Câmara afirma: “É (o tupi jesuítico) uma sistema-

10 WEINREICH, p.25.

11 NARO, p.106.

12 Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro. INL, 1951. p.31.

tização simplificada (...), em que se deixa de lado tudo aquilo que atrapalha e não prejudica essencialmente (...); é uma língua franca, isto é, de intercurso (...), a chamada língua geral (...); fez (o missionário) um trabalho de disciplinação, de interpretação do tupi, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina; todo o léxico, toda a semântica da língua se adaptou à visão cósmica ocidental, dando-se uma transformação geral no quadro das significações da língua tupi".¹³ É inquestionável que os filhos de Santo Inácio procuraram sistematizar o tupi em consonância com os cânones gramaticais greco-latinos, pois não lhes era possível eximir-se das influências lingüísticas da época. Mas isso não implica, de modo algum, que eles tenham latinizado a estrutura do tupi. É só compulsar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, para se dar conta de que Anchieta depreendeu-lhe muito bem, apesar de alguns senões, as diferenças estruturais; chega até a tratar dos índices de classe, uma categoria, sem dúvida, estranha aos gramáticos da época.¹⁴ E Luiz Figueira introduz o grafema "Y" para representar o i/ gutural, chamado por ele "i grosso", inicialmente representado por "ig".¹⁵ Se a língua é visão e expressão de uma cultura, torna-se evidente que ela deverá adaptar-se, infalivelmente, aos novos conceitos e às novas coisas. Assim, ao entrar em contacto com o português, sofreu o tupi — que, ademais, era veículo da catequese — algumas alterações, sobretudo de ordem semântica. Houve certa irradiação significativa, que emprestou a determinadas palavras tupis sentido europeu ou cristão: *tapiira*, "anta" — "boi"; *Anhanga*, "gênio malévolo das matas" — "demônio". Criaram-se neologismos circunloquiais, por exemplo: *Tupã-mongetá*, "falar com Deus" = "rezar"; *itaiuba* (*itá*, "pedra" — "ferro" — "metal", + *iuba*, "amarelo"), "pedra amarela" — "ouro" — "moeda" — "dinheiro". Também já se nos depararam no tupi brasileiro alguns lusismos, v.g., *cabará* (cabra), *cabarú* (cavalo), *missá* (missa) e outros termos referentes à Religião.¹⁶

Entende-se por tupi jesuítico a língua brasílica unificada, sistematizada pelas gramáticas de José de Anchieta (1595), Luís Figueira (1621) e Bartolomeu de Leão (1686), sintaxizada pelos catecismos de Antônio de Araújo (1618) e João Felipe Bettendorff (1678), e lexicalizada pelo *Vocabulário na língua brasílica* (séc. XVII), de autor anônimo. Embora conti-

13 Introdução às línguas indígenas brasileiras. 2.ed. Rio de Janeiro. Acadêmica, 1965. p.101-5.

14 São Paulo. Anchieta, 1946. p.15.

15 Cf. FIGUEIRA. L. *Arte de grammatica da língua brasílica*. Rio de Janeiro. Lombaerts. 1880. p.11.

16 Cf. EDELWEISS. F.G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro. Brasilliana, 1965. p.38 e seguintes. Também ROBL. A. Os momentos do tupi. *Letras* (25):1-7, Jul.1976.

vesse basicamente elementos tupiniquins e tupinambás, no seu conjunto não corresponde exatamente a nenhum dialeto; porém, sua compreensão, em que pese às variantes geográficas e cronológicas, não constituía obstáculo a qualquer tribo tupínica. “Fixação uniforme daquela maneira de falar que aos missionários lingüistas se afigurava mais generalizada”, o tupi antigo era a língua comum, corrente nas regiões costeiras desde São Vicente até o Maranhão, durante os séculos XVI e XVII.¹⁷

Fruto natural do contacto de duas culturas, a “língua geral”, batizada por Frederico Edelweiss como “dialeto brasileiro” — termo tomado ao *Dicionário português e brasileiro*, que reproduz o tupi falado no Estado do Maranhão, por volta de 1700 —, era apenas uma língua veicular, de intercâmbio entre brancos, silvícolas e mamelucos, servindo quase tão-somente para relações comerciais. Simples acomodação lingüística, possuía gramática rudimentar e léxico reduzido. Os lusismos, com sua respectiva adaptação à fonética tupi, encontrados nos vocabulários brasileiros das décadas entre 1680 e 1750, fazem-nos vislumbrar a situação lingüística das camadas populares daquela época. Eis algumas exemplificações, pinçadas do *Dicionário português e brasileiro*: *kendara* (quintal), *papera* (papel), *sorara* (soldado); do *Dicionário brasileiro-português*: *conhara* (cunhado), *jandara* (jantar), *merendara* (merendar), *rimão* (limão), *tambora* (tambor). Observe-se que o tupi original não tinha os fonemas /d/, /f/, /l/, /r/ e /v/, que, quando da adoção de lusitanismos, em geral, passaram respectivamente para /r/, /p/, /r/, /r/ e /b/: *sábado* — *sabarú*; *camarada* — *camarara*; *fita* — *pitá*; *ferreiro* — *pererú*; *mulato* — *muratú*; *janela* — *janera*; *barriga* — *marika*; *cavalo* — *cabarú*; *chave* — *xabí*. Verifica-se, outrossim, o uso de suarabácti e metátese para desfazer os grupos e encontros consonânticos, inexistentes em tupi: *almoçar* — *aramoçara*, *altar* — *altara*, *cruz* — *curuçá*, *torto* — *torotú*, *espeto* — *cepetú*. Notam-se, ainda, freqüentes diástoles: *camixá* (camisa), *cabará* (cabra), *pucurú* (púcaro), *sapatú* (sapato)...

Em contrapartida, a língua portuguesa, atuando aqui como superestrato, despojou o tupi original, para adaptá-lo à consciência lingüística dos europeus, de seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos, sofrendo assim influência fonética da língua dos conquistadores. O /i/ velar transformou-se em /u/ ou /i/: *membyra* — *membura*, “filho” (com referência à mãe), *yby* — *ybú*, “terra”, “chão”; *ybyrá* — *ibirá*, “árvore”, *Curityba* — *Curitiba*. As consoantes pré-nasalizadas,

17 EDELWEISS, p.72.

em posição inicial, perderam a nasalidade: /mb-/—/b/ ou /m/ ou /p/ ou vogal + /mb/: *mbeiu* — *beiju*, “bolo de farinha de mandioca”, *mbereba* — *mereba*, “ferida”, *mbereba* — *pereba*, “ferida”, *mbira* — *imbira* ou *embira*, “certa planta”; /ng/—/g/: *ngatu* — *gatu*, “bem”, “bom”. Quando intervocálicas, as consoantes pré-nasaladas transferiram sua nasalidade à vogal antecedente de que resultaram vogais nasais como em português: *mbayba* — *imbaíba* ou *umbaúba*, “uma planta”, *mundê* — *mundêu*, “armadilha”, *caating* — *caatinga*, “mato ralo, branco”.¹⁸ Era, portanto, a ação do português sobre o tupi, numa fase inicial de superestrato. Nessa fase, em que é escasso o elemento branco e em que predomina o aborígene, dá-se o primeiro contacto inter-racial, que engendra o mameluco bilingüe.

Em seguida, já no século XVII, ocorre o período de bilingüismo dos falantes de português e da “língua geral”. Sobretudo nas Entradas e Bandeiras, o “brasiliano”, funcionando como adstrato, legou ao português inúmeros topônimos, zoônimos e fitônimos. Assim mesmo, os empréstimos lexicais tupinicos vestiram roupagem lusitana: os fonemas finais, os fonemas derivacionais e flexionais são portugueses, vale dizer, adaptaram-se fonológica e morficamente à língua dos conquistadores; por exemplo: *membeca*; *burutizal*; *cajual*; *panemice*; *pitangueira*; *tigüeras*; *jiboiar*; *embibocado*...

Numa segunda fase, a partir dos meados do século XVII, o brasilíndio vai rareando e desaparecendo, porque fugiu para o interior, quando não foi eliminado, e a “língua geral” foi paulatinamente perdendo o prestígio de veículo de comunicação até acantonar-se nas póvoas do interior e nos aldeamentos de jesuítas e franciscanos. Em decorrência disso e com a progressiva posse do território por parte da gente lusa, avoluma-se a influência do branco e do negro.

O entrecchoque de culturas que se verificou no Brasil colonial iria acentuar-se com a importação de uns cinco milhões de escravos africanos, num tráfico que se estendeu de 1538 a 1855. Note-se que os negros “ladinos” já vinham falando seu português “caçanje”, língua franca na costa africana, durante os séculos XV a XVII (ao passo que os “boçais” só conheciam o idioma nativo). Além do mais, estabeleceu-se entre o senhor e o escravo um contacto mais direto e íntimo do que aquele que existira entre o colonizador e o índio. “Durante os três séculos de tráfico se foi estabelecendo, e cada vez mais, íntima convivência entre negros e afro-descendentes e brancos e luso-descendentes. Nas lavouras, na mineração, na criação de gado, no interior das casas, no recesso dos

18 Cf. MANSUR GUÉRIOS, R.F. *Pontos de gramática histórica portuguesa*. São Paulo, Saravá, 1937. p.160-2.

lares. As cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras e mucamas, a mãe-preta e os moleques conviveram dia por dia com “sinhôs” e “sinhás”. A mãe-preta criou os filhos dos brancos, ensinou-lhes a cantar e a rezar, contou-lhes histórias, do bicho-papão ou da moura-torta. Estabeleceram-se milhares e milhares de uniões livres, desde aquelas celebradas por Jorge de Lima em *Essa negra Fulô*, ou aquelas do tipo *Xica da Silva*, em Diamantina, até as inúmeras, sem nome nem tribo, que justificam o adágio “Deus fez o homem e o português o mulato”.¹⁹ Na língua, a influência africana foi diversa da dos indígenas. Esta foi mais horizontal; aquela, mais vertical. Quer dizer que o tupi contribuiu com apreciável acervo lexical (cerca de dez mil termos), ao passo que o influxo dos negros, bantos ou sudaneses, fez-se mais presente em nossa fonética e morfologia. É, pois, à influência do negro, mais do que à do índio, que se deve a tendência à simplificação das flexões e à modificação dos fonemas que se observa no linguajar do povo.

O período que vai da metade do século XVII até os meados do século XVIII caracteriza-se, de modo especial, pelo auge da expansão territorial; as populações de índios, pretos e mestiços, que se comprimiam em regiões litorâneas, passam a expandir-se pelo sertão adentro. Nessas entradas, todos eles se entendiam, sem dúvida, num crioulo ou semi-crioulo: falar de emergência, produto do primeiro ou primeiros estágios da aquisição tosca e imperfeita da língua portuguesa (português medieval tardio), que tinha características definidas, isto é, simplificação e redução da forma externa e interna da língua-base, e interferências de elementos do brasileiro (em relação aos índios), do quimbundo (escravos bantos) e do nagô ou iorubá (negros sudaneses). Pe. Vieira oferece testemunho eloqüente desse linguajar acrioulado: “(...) falam as nações asiáticas a língua portuguesa, mas cada uma a seu modo, como no Brasil os de Angola, e os da terra (...). A língua portuguesa (...) tem avesso e direito: o direito é como nós a falamos, e o avesso como falam os naturais (...); meias línguas, porque eram meio portuguesas, e meio de todas as outras nações que as pronunciavam ou mastigavam a seu modo”.²⁰

Essa situação, porém, não poderia perdurar por longo tempo. Com a chegada do príncipe-regente D. João, procedeu-se a europeização do Brasil e desenvolvem-se, ao mesmo tempo, os grandes núcleos citadinos, que se vão tornando pólos de influência lingüística, extremando, assim, os falares urbanos dos linguajares xacocos do meio rural. Sobretudo, leve-

19 MELO, G.C. A herança africana. *Vozes*, 60(11):957-61, nov. 1966.

20 Citado por SILVA NETO, *Introdução ao estudo da língua...*, p.58.

se em conta que o português era língua de civilização superior que se foi impondo avassaladoramente, de acordo com a lei de Darmesteter: ““O vencido abandona ordinariamente a sua própria língua para adotar a do vencedor, quando esta lhe é superior em civilização”. Ademais, os índios (e os negros) não tinham status social nem prestígio, e sua respectiva língua nunca foi ideal lingüístico. O mestiço, para subir socialmente, timbrava em falar o português, sinal de distinção, o que não invalida a tese da influência inversa: muitas palavras dos tupis passaram para os brancos. Nos centros urbanos, os aborígenes que escaparam do extermínio sofreram o influxo das classes mais altas. No sertão, porém, a influência aloglótica foi bem mais sensível, pois ela está na razão direta da porcentagem de aloglotas na composição demográfica local e na razão inversa dos meios de instrução de que dispõe. Sem dúvida, o chamado “dialeto caipira”, ainda vegetando em alguns lugares interioranos e insulados, é um dos remanescentes do semicrioulo dos tupis e caboclos do Brasil-Colônia.

Feitas estas observações preliminares, passarei a analisar alguns aspectos da ação aloglótica dos tupis no campo fonético e morfológico do português popular do Brasil, estribando-me, sempre que possível, em fatos do “brasílico” e/ou “brasiliano”, verificando também se os empréstimos não são resultados concomitantes da ação lingüística dos escravos bantos ou guineano-sudaneses.

III — ADAPTAÇÕES FONÉTICAS

Já vimos que a causa dos empréstimos é, na essência, de ordem cultural. Os hábitos fonéticos peculiares de um grupo social se conservam, ao menos em parte, quando essa população passa a adquirir uma nova língua. Isto é, cada indivíduo filtra os fonemas da língua que está obrigado a aprender de oitiva, através de seu próprio filtro fonológico, adaptando-os ao sistema fônico nativo; adaptação esta que pode generalizar-se mediante difusão.

1. *Tratamento das “líquidas”*

Dá-se, muitas vezes, o nome de “líquidas” — termo herdado dos gramáticos da Antiguidade — a uma classe de consoantes que combinam uma oclusão e uma abertura do canal bucal de maneira simultânea, como as laterais, ou de modo sucessivo, à feição das vibrantes. Caracterizam-se por um grau de sonoridade próximo às vogais. De fato, seu aspecto apresenta os traços vocálicos com uma estrutura de formantes bastante nítida. Acusticamente, as líquidas são, ao mesmo

tempo, consonânticas e vocálicas. A ditingção entre os tipos de “líquidas” é pouco freqüente e muito instável. Poucas línguas, fora do mundo ocidental, distinguem /r/ e /l/. Para os chineses e japoneses, por exemplo, essa distinção é irrelevante: apenas conhecem um só fonema líquido, realizado em distribuição complementar, como vibrante ou como lateral. Conforme R. Jakobson, essa distinção é uma das últimas que as crianças adquirem. Na fonética diacrônica, se nos deparamos bastos testemunhos dessa instabilidade distintiva. O desenvolvimento do balcano-romance, ítalo-romance e ibero-romance mostra numerosos exemplos de confusão entre /l/ e /r/: lat. *gula* — rom. *gura*; lat. *arbores* — ít. *álbero*, — esp. *árbol*.²¹

Tratamento do /-r/

O fonema /r/ surdo apresenta no português do Brasil gama bastante rica de alofones ou variantes livres, por exemplo: [do:X] = velar, [do:R] = uvular, [do:h] = faringal (o que mais facilmente se reduz a grau zero), [do:r] = dental múltiplo, [do:r̥] = o “r-caipira”, que, na descrição de Brian F. Head, “é uma consoante líquida não lateral, não nasal, rebaixada ou bemolizada”.²²

Na linguagem popular, e até na semiculta, em todo o território nacional, — conforme atestam Clóvis Monteiro, Mário Marroquim, José A. Teixeira, Antenor Nascentes, Amadeu Amaral e Elpídio Ferreira Paes²³ —, sofre o /-r/ quase sistemática apócope: *andá* (andar), *vendê* (vender), *dotô* (doutor), *Artu* (Artur).²⁴ No linguajar do Nordeste, esse fenômeno pode atingir o /r/ que fecha sílaba no interior do vocábulo: *Albuquerque* (Albuquerque). Aliás, mesmo entre a classe culta o /-r/ padece um ensurdecimento, sendo pronunciado mui levemente.

No domínio românico é foneticamente fraca — ponto débil do sistema — a posição das consoantes finais, sobretudo em se tratando das “líquidas”. Constata-se a apócope do /-r/ no francês, desde o século XVI, (*chanter*), no friulês (*amá*), no romeno (*a cinta*), em dialeto do Sul da Itália (*manhà* por *mangiare*) e ainda no provençal, catalão, andaluz, em dialetos portugueses (Minde, Portalegre, Açores) e no espanhol das Américas.

21 Cf. DUBOIS, J. et alii. Dictionnaire de linguistique. Paris, Larousse, 1973.

22 A bemolização “resulta de uma articulação retróflexa acompanhada freqüentemente por uma velarização”. (Cf. O estudo ro ‘r — caipira’ no contexto social. *Vozes*, 87(8): 43-9, out.1973.

23 Cf. ELIA, S. Ensaio de filologia. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1963. p.268-72.

24 José A. TEIXEIRA encontrou em Goiás outros tratamentos, embora menos freqüentes, do / — r/: *dore* (com /c/ paráglotico), *amoi* (vocalização), *sior* (conservação). (Cf. Estudos de dialetologia portuguesa; linguagem de Goiás. São Paulo, Anchieta, 1944. p.64). No Nordeste, o /r/ em posição pós-vocálica interna vocaliza-se, às vezes, em /l/: *sêipente* (serpente), *cóigo* (córrego), *aiguêro* (argueiro). (Cf. MARROQUIM, Mário. A língua no Nordeste. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1945. p.87 e seguintes).

Embora a perda do /-r/ seja tendência ínsita no sistema românico, abalanco-me, contudo, a afirmar que essa deriva foi acelerada em nossa língua popular pela influência dos falantes de tupi e guarani, e principalmente pela ação aloglótica dos negros. O /r/ do tupi e guarani antigos era sempre sonoro, independentemente de sua posição no vocábulo, por exemplo, *ruru* = [ru'ru], que tanto no brasílico como no "avanhee" significa "inchado, tumefacto". Lemos Barbosa ensina: "O r é sempre brando, mesmo no princípio da palavra". E, no atinente ao guarani, Antônio González afirma que "o r é sempre simples no guarani clássico".²⁵

O africano comum tinha um /r/ lingual, que desapareceu na quase totalidade dos idiomas do domínio melano-africano,²⁶ e que, às vezes, é representado por "ñ" ou por uma vogal invariável: dinka *rin*, "nome", choli *ñin*, banto *di-ina* (pl. *maina*). Os fonemas /l/ e /r/, nas línguas que ainda os possuem, são articulados com a ponta da língua (linguais) voltada para o palato duro ("cerebrais"). O /r/ é sempre sonoro, encontrando-se nas línguas bantas apenas como aclave de sílaba: suahili *rafiki ya sungura*, "amigo da lebre";²⁷ Também é brando em vários dialetos crioulos, por exemplo: *tera* = *terra* (Guiné-Bissau); *fero* = *ferro*, *barika* = *barriga* (Suriname); observe-se, outrossim, a fala dos pretos, nos autos de Gil Vicente: *careira* (carreira), *deradeira* (derradeira), *more* (morre). Em todos os idiomas melano-africanos (com exceção de alguns dialetos nilóticos), o /r/, que se alterna dentro da própria língua, corresponde às oclusivas dentais e ao /l/: banto sotho *ruta*, "ensinar", *thuto*, "ensinamento"; banto sotho *rema*, "abater uma árvore", suahili *tema*; wolof *raba*, "trançar", diola *llaw*.²⁸ Há grande alternância entre /l/ e /r/ no grupo banto: rundi *rira*, "chorar", zulu *lila*. Em certos dialetos a pronúncia é tão variável que pode ser transcrita arbitrariamente por "R" ou "L". E o fenômeno chega a ser conhecido até pelo haussá, do grupo nígero-chadiano, v.g., *biar* ou *bial*, "cinco".²⁹ Daí o lambdacismo tão comum

25 Cf. BARBOSA, A.L. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro, São José, 1956. p.27. E *Fonética y ortografía guaraníes*. *Boletín de Filología*, 6(43/45):15-65, set.1950.

26 O grupo melano-africano (que mais de perto interessa aos estudos afro-brasileiros) divide-se em dois subgrupos bem distintos: sudaneses e bantos. Os sudaneses, que se espalham da costa ocidental e da Guiné (guineano-sudaneses) até o rio Níger e o Senegal, apresentam elementos étnicos árabes, cultura em estágio mais avançado e grande variedade idiomática. Em contrapartida, os bantos, que ocupam a África Austral, desde o Congo até o Norte do Kalahari, caracterizam-se por uma impressionante homogeneidade de línguas: por exemplo, em todas essas tribos, *mtu* significa "homem", e bantu (ba — prefixo plural + *mtu*), "os homens", o que levou Meinhof a falar em "Urbantu" e Homburger em "bantu comum" (Cf. ALEXANDRE, P. *Langues et langage en Afrique Noire*. Paris, Payot, 1967. p.9 e seguintes).

27 Cf. HOMBURGER, L. *Les langues négro-africaines et les peuples qui les parlent*. Paris, Payot, 1957. p.90 e seguintes.

28 Exemplificações de correspondência entre dental e /l/ encontra-se na "língua geral": camarara (camarada), conhara (cunhado), sorara (soldado), como também no crioulo de Suriname: poli = poder, forma tirada do pretérito perfeito pôde (Cf. SILVA NETO, S. *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960. p.144).

29 Cf. HOMBURGER. p.99-105.

nos crioulos: *lêno* por *reino*, *tela* por *terra* (São Tomé e Ano Bom); *limó* por *irmão* (golfo da Guiné); *ela* em vez de *era*, *jola* em vez de *fora* (Angola); *balí* ao invés de *varri*, *pélula* ao invés de *pérola* (Suriname). Schlichthorst, viajante alemão que esteve no Rio em 1824, constatou que os escravos trocavam o /r/ pelo /l/, dizendo, por exemplo, *dalé* em lugar de *darei*.³⁰ Dá-se de modo sistemático a apócope do /-r/ nos crioulos de base portuguesa: *unguli* (engulir) no Senegal; *chegá* (chegar) no Cabo Verde; *recebê* (receber), *chigá* (chegar) na Guiné; *podoá* (perdoar), *devedô* (devedor) em São Tomé; *vendê* (vender) na ilha do Príncipe; *matá* (matar) na ilha de Ano Bom; *minjá* (mijar), *ningá* (negar), *djurá* (jurar) no Suriname.³¹ E Gil Vicente, na sua peça "Frágua de Amor", põe um preto a falar *podê*, *muié* . . .

Em resumo, não padece dúvida de que os tratamentos do /r/ no português popular possam ser explicados pela deriva românica, mas é incontestável também a influência que neles exerceram índios e, sobretudo, negros, mercê da labilidade do seu /r/.

Tratamento do /l/

No uso considerado culto e formal, o fonema /l/ é linguodental em situação pré-vocálica; porém, quando em posição pós-vocálica, em quase todo o território de língua portuguesa é alveolar ou velarizado, isto é, movimento da língua junto aos dentes e concomitante elevação do seu dorso até o véu palatino: [fáro.L]; nas campanhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é marcadamente linguodental ou apical: [sul]; em extensas áreas do Brasil, máxime no Rio, Bahia e Ceará, ocorre, ao menos entre a classe semiculta, uma velarização completa do /-l/, sobretudo sendo final absoluto, produzindo, então, a chamada "vocalização" diacrônica, vale dizer, a supressão do movimento do ápice da língua ao véu palatino, com leve arredondamento dos lábios, resultando daí um /u/ assilábico — a semivogal [w], e desparecendo, em conseqüência, oposições como estas: [maw] = *mau* e *mal*, [awtU] = *auto* e *alto*. Aliás, o próprio latim já deveria ter um /l/ de caráter velar — "l pinguis aut plenus" — indiretamente testemunhado por transformações encontradas a partir do século IV p.C.: *cauculum* por *caculum*, na "Mulomedicina Chironis", fenômeno que se estendeu à România Ocidental: lat. *altu* — fr. *aut* (moderno *haut*), lat. *saltatore* — fr. *sauter*; lat. *falce* — *fauce* — port. *fouce* ou *foice*, lat. *salu* — port. *sauto* — *souto*; confirmam-se ainda as formas arcaicas *mantéu* (mantel), *vergéu* (vergel).

30 Citado por SILVA NETO, Introdução ao estudo da língua... p.132.

31 Cf. MENDONÇA, R. O português no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. p.186.

No português do Brasil, o /-l/, quando final absoluto, poderá ter três realizações: apócope, a mais geral, ou vocalização, ou passagem para o “r-caipira”. Este último fenômeno é, a meu ver, a imperfeita substituição do /l/ velar pelo /r/ vibrante “fraco”/, permanecendo, contudo, um compromisso entre ambos. Sem dúvida, um caso de influxo da ação aloglótica de índios tupis e guaranis (“sem *fê*, nem *lei*, nem *rei*”) e dos escravos bantos e sudaneses, cujas línguas nativas não possuíam o fonema /l/ e tinham tão-somente um /r/ sonoro. Daí o sistemático rotacismo que se verifica no brasileiro; é só compulsar o “Dicionário português e brasileiro”: *janera* (janela), *kendara* (quintal), *varaia* (balaio). Observa-se fato idêntico em dialetos crioulos: *anel* — *anerú* (Suriname), *limão* — *rimá* (português africano-costeiro). Daí, sobretudo, os rotacismos no falar caipira: *animar* (animal), *sarva* (salva), bem como na fala xacoca dos pretos: *Fidere* em vez de *Fidêlis*. Eis uma amostra do português acrioulado que os negros citadinos praticavam em 1831: “Si, sió, ére tá no quintal. Entre, mê sió, e vai ver a ére”.³²

De acordo com Amadeu Amaral, ouve-se no linguajar caipira *quarquê* ao invés de *qualquer*,³³ o que demonstre, talvez, que as fases dessa evolução devam ter sido /r/—/l/—grau zero.

Em suma, no português popular do Brasil, devido à labilidade das “líquidas” e à grande dificuldade de os índios tupis e os escravos africanos articularem esses fonemas, o /l/ e o /r/ sofreram, em consonância com a deriva românica, um progressivo ensurdecimento, chegando até ao grau zero quando em posição pós-vocálica final: *artá* (altar), *cafezá* (cafezal).

Tratamento do lh³⁴

O /lh/ é a “líquida” lateral posterior ou, mais precisamente, uma dental palatalizada, conhecida também por “molhada”. Mais consentâneo com a Linguística moderna seria, talvez, dizer que o /lh/ não é propriamente um fonema em português, mas apenas um caso de distribuição complementar: /l/ + /a/ + /e/ + /i/ + /o/ + /u/ (*molha*, *molhe*, *tolhido*, *molho*, *molhudo*) e /l/ + /y/ (*família*, *pálio*). Aliás, venho observando que, mesmo entre pessoas de nível universitário, o /lh/ já não se pronuncia: *malha* é realido como [malya].

Historicamente, o /lh/ é criação românica, resultante da contaminação de “líquida” por um iode: lat. *folia* — it. *foglia*, ret. *jeglia*, fr. antigo *feuille* (onde *ll* = /lh/), prov. e port.

32 Citado por SILVA NETO, *Introdução ao estudo da língua...*, p.132.

33 Cf. O dialeto caipira. São Paulo, 1920. p.27.

34 Devida à dificuldades tipográficas, uso o símbolo /lh/ para transcrever o fonema palatal. construtivo lateral.

jolha.³⁵ Há, no entanto, casos mais complexos, v.g., *macula* — *malha*, *scopulu* — *escolho*, *tribulu* — *trilho*, *tegula* — *telha*. Mas parece que no português medieval tardio, trazido pelos colonizadores, não se verificara ainda uma palatalização completa. Talvez seja por isto que esse fonema jamais se tenha integrado de modo perfeito em nosso sistema fônico, não ocorrendo no começo de vocábulo, tirante *lhe*, que, aliás, é pronunciado [I], ao menos no registro distenso, e empréstimos como *lhama* e *lhano*.

A verdade é que, a par de certas despalatalizações como *mulé* por *mulher*, a iotização é geral no português popular do Brasil: *palha* = ['paya] ou, melhor, ['payya:]. Outrossim, não padece dúvida de que o ieísmo, ou a semivocalização do /lh/ é processo românico, verbigrácia, fr. moderno *feuille* (onde *ll* = /y/), rom. *foaie*; é detectável também em algumas regiões raianas de Portugal (*miafre* por *milhafre*, na Estremadura) e gradativamente vai invadindo o espanhol europeu e americano: *calle* = ['kale:] ou ['kaye:].

Apesar disso tudo, porém, a onimoda generalização desse fenômeno em nossos falares rurais está atestando a ação dos aloglotas tupis e guaranis, e bantos e sudaneses, que desconheciam o /lh/. Assimilaram-no estropiadamente e assim o transmitiram aos descendentes. Releve-se, além disso, que nas línguas africanas o /y/ tem valor polivalente, podendo substituir, entre outros fonemas, o /lh/ e o /z/, representado pela letra "J". Compare-se o fenômeno que existe no crioulo do Suriname: *olho* — **oyyo* — *oijo*. Deparamos também com o ieísmo nos crioulos africanos, por exemplo, em Cabo Verde (*vey* por *velho*), na ilha de São Tomé (*cuyé* por *colher*), em Guiné-Bissau (*fiya* por *filha*). E Gil Vicente já colocava na boca de seus pretos a pronúncia *migaia*, *paia*...³⁶

2. Encontros Consonânticos

Nos falares rurais, em grupos consonânticos próprios o /l/ pospositivo tende a cair quando pertence a uma sílaba átona: *caboco* (caboclo); em sílaba tônica tende a evoluir para /r/: *broco* (bloco). Esta última transformação, mesmo em se tratando de sílaba átona, é pertinente à deriva do dialeto moçarábico lusitano: *prantar* (Sul de Portugal, formação mais recente e mais culta), ao lado de *chantar* (galego-português, Norte de Portugal, forma mais antiga e popular) e de *plantar* (termo erudito); *afligir* a par de *afrigir* (arcaico).

Por sua vez, o /r/ pospositivo normalmente cai: *cumpade* (compadre), *alegue* (alegre), *dêntu* (dentro), *nego* (negro).

35 Cf. IORDAN, I. & MANOLIU, M. *Manual de lingüística românica*. Madrid, Gredos, 1972. v.1. p.201-2.

36 Numa próxima ocasião, pretendo examinar, "Deo volente", o problema das africanas /tch/ e /dj/ do "dialeto caipira".

É interessante notar que o marido chama carinhosamente a esposa branca de *minha nega*.

Quando se trata de grupos consonantais próprios, as classes mais elevadas não praticam a epêntese; o mesmo não sucede, porém, entre as classes populares, tanto lusas como brasileiras, v.g., *flor* realiza-se em Portugal *felor* e no Brasil *fulô*.

Há, na linguagem coloquial brasileira, há acentuadíssima tendência para desfazer os encontros consonantais impróprios — porque são de mais difícil prolação — mediante a intercalação da vogal de apoio /e:/ ou /i/. Assim, *advocacia* se realiza [ade:vo:ka'sia:] ou [adivo:ka'sia:]; nestas formas, o /d/ é proferido explosivamente e não, implosivamente. Em *adevocacia* o /e/ epentético é resultado da assimilação do /d/ e /v/, ao passo que o /i/ de *advocacia* resulta da dissimilação dos mesmos fonemas. Mattoso Câmara chega a afirmar que “*rapto* só se distingue de *rápido* pelo caráter surdo e sonoro”, e propõe que a escansão silábica de *ritmo* seja *rî-ti-mo*.³⁷

É notória a “repugnância” do latim vulgar e dos romances da România Ocidental pelas sílabas fechadas por consoante: “*ansa non asa*”, admoesta o “Appendix Probi”; lat. *lacte* — fr. *lait*, prov. *lach*, esp. *leche*, port. *leite*, mas it. e log. *latte*, rom. *lapte*. Sabe-se também que o suarabácti é latino e românico: lat. *Alcumena* (do grego *Alkmene*), lat. *bratta* (por *blatta*) — port. *barata*. Ninguém nega que o fenômeno da anaptixe é encontrado em certos dialetos lusitanos, v.g., *pelanta* por *planta*, *afelito* por *aflito*. Mas essa interposição — useira e vezeira no português brasileiro — de uma vogal epentética, para maior facilidade lalatória de determinados grupos consonantais, somente pode ser explicada pela ação dos aloglotas.

Nem o tupi nem o guarani admitiam verdadeiros encontros de duas consoantes. Tinham apenas as consonâncias nasais /mb/, /nd/ e /ng/ — sonantes que, nasalizando a consoante subsequente, comportam-se como vogais quando em posição pré-consonântica. Por isso, toda a palavra portuguesa que contivesse encontro consonantal, quando incorporado ao brasileiro, sofria anaptixe: *aramoçara* (almoçar), *aratara* (altar), *kabará* (cabra), *kurussá* (cruz), *sorara* (soldado). Eis a razão também de metáteses curiosas como *cepetú* (espeto).

Da mesma forma, as línguas bantas não têm propriamente grupos consonânticos, mas apenas consonâncias nasais, que, funcionando como vogais, são até suscetíveis de acentuação, v.g., banto *núnka*, “sentir”. No iorubá existe apenas o grupo /gb/, que, na verdade, é um só fonema, com valor

37 Cf. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970. p.47.

todo peculiar.³⁸ Na sua adaptação às línguas bantas, as palavras estrangeiras que têm grupo consonantal são modificadas por suarabácti ou metátese. É assim que nas línguas bantas meridionais, que só admitem sílabas abertas, encontramos *silefera*, “dinheiro” (do ingl. *silver*), *seterata*, “estrada” (do hol. *straat*); no Congo deparamos com *bolankete*, “cobertura” (ingl. *blanket*) ou *kuvereture* (fr. *couverture*). E os negros do Plauto Português falavam *Purutugá*, *furuta*, *foromosa*. Eis a razão também destas anaptixes e metáteses perpetuadas pelos nossos escravos: *Quelemente* (Clemente), *Culáudio* (Cláudio), *sipanta* (espanta), *secuta* (escuta), *secola* (escola).

Ao que tudo indica, ainda havia no português arcaico tardio predominância do vocalismo sobre o consonantismo (v.g., *carônica* por *crônica*, *carapinteiro* por *carpinteiro*), pois só a partir do século XVII é que houve no português europeu predomínio do sistema consonântico sobre o vocálico (/sprança/ em vez de /esperança/). Conservando a deriva do século XV e influenciado pela ação dos índios e negros, cujas línguas não possuíam grupos consonantais, levou-se a base vocálica do português do Brasil até as últimas conseqüências, numa estrutura silábica basicamente CV e não CCV.

Vejam agora a evolução de /nd/, que, na realidade, nem é verdadeiro encontro consonantal no português do Brasil: *quando*, por exemplo, realiza-se [‘kwãndU], em que o /n/ é, antes de tudo, “travamento nasal”.

A passagem de /nd/ para /nn/ — assimilação de raízes osco-umbrias — é detectável no latim corrente, v.g., “*grundio non grunnio*” (“Appendix Probi”), *innulgentia* (“Corpus”, X, 1211), “*verecunmia* que originou *vergonha*. Deixou vestígios nos dialetos da Itália central e meridional: *quanno* (lat. *quando*), *secunno* (lat. *secundu*).

Embora esse fenômeno seja pertinente à deriva latina, sou de opinião de que sua generalização em nossos falares rurais se deva, talvez, ao influxo tupínico, pois, conforme ensina Lemos Barbosa *nde*, “tu, teu, tua”, pronuncia-se *nde* ou *ne*, nunca *de*.”³⁹ A bem da verdade, porém, importa notar que a troca de /nd/ por /n/ já vem documentada em Bernardino Ribeiro: *quanasinha* por *quã d’asinha*.

Há um fato curioso e, até certo ponto, em contradição com o que acima foi exposto. Trata-se das formas sincopadas dos nossos rurícolas, tais como *corgo* (córrego), *arve* (árvore), *cosca* (cócega), nas quais a síncope provocou encontros consonânticos.

38 Cf. SILVA. E.N. Introdução ao estudo gramatical da língua yorubá. Salvador. Progresso, 1958. p.13.

39 Cf. Curso de tupi antigo, p.28.

No latim vulgar, as vogais imediatamente postônicas de vocábulos proparoxítonos sincopam-se em sua grande maioria: *virde* (por *viridem*) deu em rom., it., esp. e port. *verde*, em fr. *vert*; **púlica* — **pulega* — *pulga*. Compare-se agora esta evolução do português padrão para o português popular: *música* — **musega* — *musga*.

No tupi (também no guarani), os vocábulos morfológicos são oxítonos ou paroxítonos. Os terminados em /-a/ podem ser ou paroxítonos ou oxítonos (porém o /-a/ dos paroxítonos é sufixo nominalizador): *pira*, “pele”, *pirá*, “peixe”. As palavras que terminam em /-e/, /-i/, /-o/, /-u/, /-y/ são oxítonas: *mbaé*, “coisa”, *mokãe*, “tostar”, *poti*, “defecar”, *potim*, “camarão”, *soó*, “animal”, *ybô*, “flechar”, *rurú*, “encharcado”, *apekum*, “língua”, *yby*, “terra”. Por vezes, mercê da justaposição de elementos pospositivos átonos é que se nos deparam vocábulos fonologicamente proparoxítonos: *morubixaba-pe*, “ao cacique” (cp. *falávamos-te*).

Outrossim, as línguas bantas têm o acento de intensidade sempre sobre a penúltima sílaba, v.g., *rúta*, “aprender”, *rutisa*, “ensinar”, *rutisána*, “ensinar-se mutuamente”.

Portanto, índios e negros conservaram a prístina deriva latino-vulgar (“*cálida non calda*”) e românica, no sentido de um permanente “horror” às palavras exdrúxulas (a atual acepção do termo é bem sintomática), que, em verdade, são de introdução erudita e, conseqüentemente, estranhas ao “gênio” da nossa língua.

IV — SIMPLIFICAÇÕES MÓRFICAS

A ação dos aloglotas no concernente à primeira articulação, manifesta-se pela extrema simplificação morfológica da língua vigente, visto que os ádvenas não se dão conta das sutilezas estruturais da língua toscamente aprendida. Anthony Naro chega a afirmar — e isto é de vital importância — que, em se tratando de dialetos crioulos, “os falantes da língua-base modificam sua fala da maneira que eles acham mais simples e os falantes da língua de substrato tentam igualar, tanto quanto podem, seu próprio comportamento lingüístico ao dos falantes da base”.⁴⁰

Estamos, pois, diante da “lei” do menor esforço — tendência a se desembaraçar de tudo o que é supérfluo na linguagem; opõe-se a ênfase — necessidade de pôr em relevo determinados elementos. Conforme Martinet, trata-se do princípio da economia lingüística, isto é. a organização econômica do dispêndio da energia necessária à comunicação.⁴¹ A

40 Cf. NARO. p.98.

41 POTTIER. B. et alii. *Le langage*. Paris. Denoël. 1973. p.114-5

economia interna da linguagem é, portanto, um equilíbrio sempre provisório e instável de forças opostas: redução das distinções inúteis e manutenção das distinções significativas.

Se o tupi e o guarani nos legaram um quociente lexical bem maior que o africano, parece-me, no entanto, que a influência dos negros se patenteia mais na morfofonêmica. Pela convivência mais íntima e diuturna, terão sido os escravos, evidentemente coadjuvados pelos índios, os principais autores da simplificação do mecanismo gramatical da língua: a aversão ao plural e a redução do sistema verbal, que tão bem caracterizam a flexão nominal e a conjugação do português popular do Brasil. Acrescente-se, ainda, que a nossa sociedade colonial impôs às crianças dos brancos como “personagens privilegiadas” — expressão cunhada por H. Delacroix para denominar as pessoas que têm especial importância na vida lingüística das crianças — os moleques e, principalmente, as mães-pretas, essas muitas “Irenes” que Manuel Bandeira introduziu no céu, com passaporte livre de São Pedro: “Entra, Irene, você não precisa pedir licença”.⁴²

1 — Flexão do Plural

O morfema flexional de plural, oposto a um zero no singular, é fonologicamente o arquifonema /S/ das quatro fricativas não-labiais: [s] = palatal surda (“chiante”), [ʃ] = alveolar surda (“sibilante”), [z] = palatal sonora (“chiante”), [ʒ] = alveolar sonora (“sibilante”).

Na língua padrão, todos os determinantes de um sintagma nominal concordam com o seu determinado: *todas as tábuas roubadas*. Na linguagem popular, porém, a flexão do plural tende a se restringir ao primeiro ou primeiros elementos do sintagma: *as tauba robada, todas as tauba robada*.

Existem paralelos desse fato: no francês, *une chèvre / des chèvres, le chèvre / les chèvres*, em que o /-s/ vale só na escrita, pois na língua oral, singular e plural distinguem-se apenas pelo artigo. Contudo, a verdade é que essa economia lingüística constitui um desvio do iberoromance, visto que ela não se dá em nenhum dos dialetos continentais do espanhol ou do português, mas é típica dos crioulos.

Verifica-se, aqui, não propriamente a apócope do /-s/, como produto da fonética sintática (situação proclítica), mas, sim, a simplificação das flexões, pertinente “mais ao domínio dos fenômenos psicológicos na morfologia”, na opinião de Amadeu Amaral.⁴³ É de máxima relevância a distinção entre o singular e o plural; por isso, justamente, a manutenção de

42 Citado por MELO, p.960.

43 Cf. O dialeto caipira, p.29.

um morfonema *-/s/*. Como, porém, se explica essa redução das formas flexionadas no sintagma? Há, na realidade, acentuada redundância na indicação pluralícia no português. Em *os tijolos tortos*, por exemplo, para marcar o plural temos três morfemas e dois submorfemas (alternância de */o:/≈/o/*). Os aloglotas, brasilíndios e africanos, — seguindo a “lei” do menor esforço e induzidos também pela simplificação introduzida pelos próprios falantes da língua vigente, numa tentativa de torná-la mais “fácil”, — ressaltavam apenas um morfema indicativo de plural, formando, por economia linguística, uma espécie de “plural interno”. A tendência a pluralizar somente o primeiro determinante da locução produziu esta curiosa forma no falar acrioulado dos pretos: *ques moleque endiabrado* (que moleques endiabrados). Cumpre lembrar, ainda, que o tupi não conhece flexão de plural. Obtém, entretanto, certa modalidade de plural, com a reduplicação (*abá-abá*, “muitos homens”, *poty — potyra*, “multidão de flores”) e a adjunção do sufixo coletivo — *tyba* ou *dyba* (*arassatyba*, “araçazal”, *takurundyba*, “canavial”). Porém, no tupi colonial, sob o influxo do bilingüismo, o indefinido *eté*, “muitos”, evoluiu paulatinamente para o morfema de plural: *syry etá*, “siris”, *pak'eté*, “pacas”, *gyrating'eté*, “pássaros brancos”, isto é, “graças”. E chega-se a surpreendê-lo até apostro a palavras portuguesas já no plural, v.g., *Santos etá*, “os Santos” (*Catecismo de Araújo*). É talvez por isso que temos no falar sertanejo, este tipo de “plural” ou, melhor, multitudinal: “Havia gente porção”.

E esse “horror” ao plural chega a invadir as camadas urbanas, de certo nível de instrução; para se comprovar a assertiva, basta ligar os aparelhos de rádio e televisão. Isto sem falar de *o óculos*, *comprar um sapato*, *escolher a meia*, *vestir a calça preta*...

2 — Flexões Verbais

Outro vestígio do primitivo aprendizado canhestro da língua portuguesa por parte dos aloglotas é a extrema redução dos morfemas modo-temporais e número-pessoais, e até a mudança da vogal temática. Examinemos, por exemplo, o presente do indicativo: primeira pessoa do singular = *amo*, as demais pessoas = *ama*; por vezes, deparamos com *amamo* ou *amemo*. Vê-se, pois, que praticamente só a 1.ª pessoa do singular contrasta com as demais.

É sabido que em toda a evolução mórfica das línguas indo-europeias prevalece o caráter analítico sobre o sintético, mas no caso dos crioulos isso manifesta-se num repente; compare-se, para exemplificação, o crioulo de Ano Bom: *m'sá*, “eu sou”, *achi sá*, *ele sá*, *no sá*...

Aliás, quando se tenta interpretar semanticamente a estrutura profunda, em todas as línguas, quer a categoria pessoal esteja marcada na forma flexionada (v.g., grego, latim, português), quer haja apenas especificação pronominal (v.g., francês, inglês), faz-se necessário postular um elemento pronominal abstrato, determinado quanto à pessoa e ao número, que é o sujeito do verbo e que determina as regras que dão a realização fonológica do verbo na estrutura superficial. Esse elemento pronominal geralmente não se realiza no grego e no latim (só em determinadas condições de ênfase ou contraste), nem no português (há exceções, v.g., *eu / ele andava*). No francês e no inglês, entretanto, as regras de realização fonológica reescrevem esse elemento como um pronome pessoal: *je, tu, I, you*...

No tupi e nas línguas bantas não há nenhuma desinência verbal; os pronomes pessoais é que funcionam como morfemas, talqualmente como na língua popular brasileira. Em tupi: *a-, ere-, o-, ia-* ou *oro-, pe-, o- bebé*, “eu vô”, “tu voas”... No iorubá: *emi-, iwo-, on-, awa-, enyin-, nwón-ri*, “eu vejo”, “tu vê”...

Disso tudo deve-se inferir, pois, que a redução morfológica, característica da língua popular, sobretudo rural, do Brasil — ainda que tendência secular e geral — não é incompatível com a ação dos aloglotas.

V — EMPRÉSTIMO DE MORFEMAS SUFIXAIS

Porque abrem uma cissura no sistema da língua, é claro que os empréstimos de morfemas categóricos ou flexionais sejam muito raros, embora haja alguns casos esporádicos. Por exemplo, em romeno a flexão *-o/* do vocativo (*Eleno*, de *Elena*) somente se explica pelo empréstimo da desinência eslava; compara-se o vocativo búlgaro *zeno*, de *zena*, “senhora”.⁴⁴

No entanto, o empréstimo de morfemas sufixais é mais freqüente, haja vista a introdução renascentista do sufixo latino *-oro* (*canoro, inodoro*).

1 — Sufixo *-rana*

O adjetivo tupinico *rana* é, semanticamente, o oposto do superlativo *-eté*. Este sufixo empresta à forma primitiva a noção de “valor”, “genuidade”, “grandeza”, “excelência”: *abá-eté*, “homem de fato, de valor”, *kaá-eté*, “mata grande”, “floresta virgem”, *katú-eté*, “muito bom”; note-se que objetos

44 GRAUR, A. Gramatica azi. Bucuresti. Academiei Republicii Socialiste Romaniaa, 1973. p.57.

e, sobretudo, animais domésticos foram designados, no tupi colonial, com nomes de seres semelhantes: *kauim*, "vinho", *tapiira*, "boi", *iaguara*, "cachorro"; para voltar ao significado original, serviam-se os silvícolas, então, da partícula *-eté*: *kauim-eté*, "cauim", *tapiir-eté*, "anta", *iaguar-eté*, "onça".

Em contrapartida, *rana* significa "semelhante, parecido, o que parece mas não é igual", e daí, "mal feito, tosco, grosseiro": *abá rana*, "coisa que parece, mas não é, homem", *uuba rana*, "flecha mal acabada, que mal parece flecha", *guyrapá-ran-ussu*, "arco muito tosco".⁴⁵

O adjetivo *rana* tendo passado, na língua geral, a mero sufixo, com o sentido de "semelhante a, pseudo, falso", entrou na formação de várias palavras pertinentes principalmente à Botânica e à Zoologia: *acajurana*, *cajarana*, *ingarana*, *uvarana* ou *varana* (de *yba*, "árvore" + *-rana* = "vegetal que se assemelha a uma árvore"); *jacarerana* ("espécie de largato"), *jauarana* ("espécie de largato"), *jauarana* ("peixe-cachorro"), *pacarana* ("certo mamífero roedor"), *ubarana* ou *obarana* (de *ybá*, "pau" + *-rana* = "peixe que se parece com um pau").

Outrossim, esse sufixo é, às vezes, um dos elementos das formações híbridas: *cacaurana*, *caferana*, *canarana*, *cauchorana*, *limarana*, *brancarana* ("mestiça clara que parece branca"); observe-se o hibridismo em *Sagarana*, título de uma obra de Guimarães, Rosa, que, etimologicamente, significa "contos semelhantes às lendas escandinavas".

2 — Sufixos *-guara* e *-oara*

O morfema sufixal *-suara* dá, em geral, uma idéia de "hábito", "costume". Assume, entre outras, as formas *-nduara* (sobretudo depois de nasal) e *-guara* (depois de /y/ e /i/).

Apõe-se a advérbios e locuções adverbiais: *kori-nduara*, "coisa de hoje, hodierno", *ara iabiõ-nduara*, "o que é de cada dia, quotidiano", *yby-pe-suara*, "o que está na terra, terreno", *ybak-i-guara* ou *ibak-y-guara*, "o que mora no céu, celestial", *ybytyr-i-guara* ou *ybytyr-i-guana*, "natural ou morador da serra".

Percebe-se, pelas duas últimas exemplificações, que *guara* (ou *guana*), precedido da preposição *-i/*, "em" (há nos autores certa indecisão entre *-i/* e */y/*), serve para formar os nomes gentílicos: *Itakuatiar-i-guara*, "natural ou morador de Itacoatiara", *Pakatá y-guara*, "natural de Porto Seguro".⁴⁶

Encontramos, no português do Brasil, algumas poucas palavras formadas com o sufixo tupinício *-guara*: *para-*

45 Cf. BARBOSA. Curso de tupi antigo, p.83-4. 385-6.

46 Cf. BARBOSA. Curso de tupi antigo.

nanguara ou *parnanguara*, “o nascido em Paranaguá” (em tupi, *paranã guá*, “enseada do mar”), *paraguara*, “natural do Pará” (*pará*, “mar”).

Porém, o sufixo um pouco mais produtivo é *-oara*. Sua possível evolução terá sido: [go:a'ra] — [g'a'ra] — [wa'ra] — [o:a'ra]. Daí temos *marajoara*, “relativo à ilha de Marajó”, *paroara*, “paraense”, *cametaoara*, “o natural de Cametá”...⁴⁷

CONCLUSÃO

Deste estudo, que já vai longo, infere-se que o contacto linguístico entre portuguesas e tupis não implicou na introdução de elementos gramaticais tupinicos no português do Brasil, tirante uns três sufixos, de pouca vitalidade aliás. Na realidade, o que houve foram adaptações fonéticas e reduções morfológicas, sem alteração, porém, do sistema, vale dizer, verificou-se apenas uma ação aloglótica, que acentuou o carácter conservador e, principalmente, acelerou a deriva inovadora: duas tendências do português do Brasil, a partir do século XVI.

RÉSUMÉ

La nature de système clos des phonèmes et des morphèmes d'une langue donnée a mené quelques linguistes à nier la possibilité des emprunts phoniques et morphiques. Mais cette position est insoutenable en face d'une analyse plus approfondie des créoles, ou sans doute la langue de base se trouve pénétrée d'éléments natifes.

La cause des emprunts est, essentiellement, d'ordre socio-culturel: l'action des alloglotes consiste en précipiter la dérive, en accélérer de façon soudaine les tendances préexistantes.

De l'interaction linguistique entre les Portugais et les Tupis s'est formée, d'abord, la “langue générale” (qui ne se confond pas avec le tupi jésuitique), par rapport à laquelle la langue portugaise a fonctionné comme le superstrat. Para la suite, à cause du déclin du “brasilliano”, des créoles ou des semicréoles se sont formés.

L'action alloglottique des Indiens Tupis et des Nègres Banto-soudanais a provoqué, dans le portugais populaire du Brésil, un traitement caractéristique des consonnes

47 É de justiça declarar que este estudo é aprofundamento e ampliação de trabalhos apresentados às disciplinas de *Problemática do Estudo do Tupi e O Português no Brasil*, no Curso de Pós-Graduação em Linguística (Românica) da USP, ministradas, respectivamente, pelo Prof. Dr. Carlos Drummond e pela Prof.^a Dra. Edith Pimentel Pinto.

“liquides” et des groupes consonantiques, en plus d'extrêmes simplifications des flexions nominales et verbales.

Quoique les emprunts de morphèmes, surtout ceux catégoriels, soient très rares, le portugais doit au tupi les suffixes *-rana* (brancarana), *-guara* (paranguara) et *-oara* (marajoara).

En conclusion, le contact entre les Portugais et les Tupis (et les Africains) n'a pas déterminé l'introduction d'éléments grammaticaux tupis dans le portugais du Brésil, sauf quelques trois suffixes. En réalité, il n'y a eu que des adaptations phonétiques et des réductions morphologiques, c'est à dire, il s'est avéré seulement une action alloglottique, qui a accentué le caractère conservateur et, surtout, a accéléré la dérive innovatrice: deux tendances du portugais du Brésil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALEXANDRE, P. *Langues et langage en Afrique noire*. Paris, Payot, 1967.
- 2 AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo, 1920.
- 3 ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ed. facsimilar. São Paulo, Anchieta, 1946.
- 4 BARBOSA, A. L. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro, São José, 1956.
- 5 ————. *Fonética y ortografía guaraníes*. *Boletín de Filología*, 6 (43/45):15-65, set. 1950.
- 6 CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- 7 ————. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 2.ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1965.
- 8 ————. *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1969.
- 9 CUNHA, C. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- 10 DESCHAMPS, D. *Aspectos do bilingüismo em Santa Catarina*. O Estado, Florianópolis, 25 jul. 1974.
- 11 DUBOIS, J. et alii. *Dictionnaire de linguistique*. Paris, Larousse, 1973.
- 12 EDELWEISS, F. G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro, Brasiliiana, 1965.
- 13 ELIA, S. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1963.
- 14 FIGUEIRA, L. *Arte de grammatica da língua brasilica*. Rio de Janeiro, Lombaerts, 1880.
- 15 GRAUR, A. *Gramatica azi*. Bucuresti, Academiei Republicii Socialiste Romania, 1973.

- 16 HEAD, B.F. O estudo do 'r-calpira' no contexto social. *Vozes*, 67(8):43-9, out. 1973.
- 17 HOMBURGER, L. Les langues négro-africaines et les peuples qui les parlent. Paris, Payot, 1957.
- 18 IORDAN, I. & MANOLIU, M. Manual de lingüística românica. Madrid, Gredos, 1972. v.1.
- 19 MALMBERG, B. A fonética. Lisboa, Livros do Brasil, 19954.
- 20 MANSUR GUÉRIOS; R.F. Pontos de gramática histórica portuguesa. São Paulo, Saraiva, 1937.
- 21 MARROQUIM, M. A língua do nordeste. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1945.
- 22 MELO, G.C. A herança africana. *Vozes*, 60(11):957-61, nov. 1966.
- 23 MENDONÇA, R. O português no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.
- 24 NARO, A.J. Estudos diacrônicos. Petrópolis, *Vozes*, 1973.
- 25 POTTIER, B. et alii. *Le langage*. Paris, Denoël, 1973.
- 26 ROBL, A. Os momentos do tupi. *Letras* (25):1-7, jul. 1976.
- 27 SILVA, E.N. Introdução ao estudo gramatical da língua yorubá. Salvador, Progresso, 19958.
- 28 SILVA NETO, S. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. São Paulo, Nacional, 1956.
- 29 ———. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro, INL, 1951.
- 30 ———. Língua, cultura e civilização. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960.
- 31 TEIXEIRA, J.A. Estudos de dialetologia portuguesa; linguagem de Goiás. São Paulo, Anchieta, 1944.
- 32 WEINREICH, U. Languages in contact; findings and problems. The Hague, Mouton, 1966.